

PL envia consulta ao Supremo

“Não é aceitável que o Poder Executivo continue a emitir decretos-leis sem a imediata decisão parlamentar sobre sua ratificação ou revogação”. Esse é o espírito da consulta que o Partido Liberal, com assento na Câmara com deputados de larga votação em seus Estados — como Alvaro Valle, no Rio de Janeiro, e Guilherme Afif Domingos em São Paulo — encaminhou ontem ao Supremo Tribunal Federal.

O partido justifica a consulta “para defesa e estabi-

lidade da ordem jurídica”, para que o STF, interpretando a Constituição em vigor, inclusive os dispositivos convocatórios da Constituinte, “defina se estão vigentes os processos atuais, até a promulgação da nova Constituição, da elaboração e reforma constitucional”.

PRAZO

Ao mesmo tempo, o PL está apresentando projeto de resolução ao regimento comum determinando o imediato exame pelo Con-

gresso de decretos-leis, sendo suspensa a apreciação de qualquer outra matéria através dele ou de suas casas, até o julgamento de tais atos, “em prazo rápido”. Ao Presidente da República, o PL também se dirigiu, “instando — segundo sua nota oficial — para que se determine ao procurador-geral da República que encaminhe à apreciação judicial, com parecer favorável ou contrário, qualquer argüição de inconstitucionalidade de atos dos Executivos”.